

## TRANSFOBIA E PRODUÇÃO DE SOFRIMENTO: ATRAVESSAMENTOS NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DE MULHERES TRANSGÊNERO

*TRANSPHOBIA AND THE CAUSATION OF SUFFERING: INTERSECTIONS IN MENTAL HEALTH CARE FOR TRANSGENDER WOMEN*

Rafaela dos Santos Ferreira<sup>1</sup>  
Tatiane da Rosa Vasconcelos<sup>2</sup>  
William Pereira Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** a transfobia impacta diretamente a saúde mental, emocional e social das pessoas transgênero, além de contribuir para sua vulnerabilização socioeconômica. Compreender a experiência feminina requer considerar não apenas aspectos biológicos, mas também simbólicos, afetivos e culturais que formam a identidade de cada mulher. Assim, mulheres transgênero são aquelas que, embora designadas do sexo masculino ao nascer, identificam-se e vivem como mulheres, rompendo com as imposições normativas da binariedade de gênero. O presente texto tem como objetivo descrever a experiência de um projeto de extensão universitária voltado à conscientização sobre os impactos da transfobia na saúde mental e na qualidade de vida de mulheres transgênero. Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, desenvolvido no município de Inhangapi, Pará, no Serviço Social do Comércio (SESC) local, com jovens de 18 a 25 anos. A ação foi realizada por estudantes do curso de Psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA) e contou com rodas de conversa, dinâmicas e exibição de vídeos, além da participação de convidados, entre eles uma mulher trans, um psicólogo e uma drag queen. A análise revela que a transfobia não é apenas uma expressão de preconceito individual, mas uma manifestação sócio-histórico-cultural, sustentada por práticas que impossibilitam o acesso pleno a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e segurança. O diálogo estabelecido entre estudantes, profissionais e participantes mostrou que práticas educativas são estratégias eficazes no enfrentamento à transfobia e na construção de ambientes mais acolhedores e inclusivos para mulheres transgênero. O enfrentamento à violência de gênero perpassa toda a formação e construção do conhecimento. Além disso, contribui para a criação de espaços afirmativos e seguros, permitindo reconhecer o impacto psíquico das violências estruturais.

**Palavras-chave:** Cuidado; mulheres transgênero; saúde mental; transfobia; violência de gênero.

**Abstract:** transphobia directly impacts the mental, emotional, and social health of transgender people, in addition to contributing to their socioeconomic vulnerability. Understanding the female experience requires considering not only biological aspects, but also symbolic, affective, and cultural aspects that form each woman's identity. Thus, transgender women are those who, although assigned male at birth, identify and live as women, breaking with the normative impositions of gender binarism. This text aims to describe the experience of a university extension project focused on raising awareness about the impacts of transphobia on the mental health and quality of life of transgender women. It is an experience report with a qualitative approach, developed in the municipality of Inhangapi, Pará, at the local Social Service of Commerce (SESC), with young people aged 18 to 25. The activity was carried out by students from the Psychology course at the University of the Amazon (UNAMA) and included discussion circles, group activities, and video screenings, as well as the participation of guests, including a transgender woman, a psychologist, and a drag queen. The analysis reveals that transphobia is not merely an expression of individual prejudice, but a socio-historical-cultural manifestation, sustained by practices that prevent full access to fundamental rights such as health, education, work, and security. The dialogue established between students, professionals, and participants showed that educational practices are strategies in confronting transphobia and building more welcoming and inclusive environments for transgender women. Addressing gender-based violence permeates all training and knowledge building. Furthermore, it contributes to the creation of affirmative and safe spaces, allowing for the perception of the psychological impact of structural violence.

<sup>1</sup> Estudante do curso de Psicologia (Universidade da Amazônia - UNAMA).

<sup>2</sup> Docente na Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutora em Psicologia (Universidade Federal do Pará - UFPA). Mestra em Saúde Coletiva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS). Especialista em Saúde Mental Coletiva (Universidade de Caxias do Sul - UCS). Graduada em Psicologia (Universidade Franciscana - UFN).

<sup>3</sup> Mestre em Saúde Coletiva (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF). Mestre em Saúde Pública (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Amazônia). Graduado em Biologia (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - e Centro Universitário Academia de Juiz de Fora - UniAcademia-JF).

**Keywords:** Caution; transgender women; mental health; transphobia; gender-based violence.

## 1 INTRODUÇÃO

A transfobia é um termo usado para se referir a palavras, comportamentos e políticas que expressam discriminação, rejeição e violência contra pessoas transgênero, ou seja, aquelas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído ao nascer. Entre essas pessoas, as mulheres trans são particularmente afetadas por múltiplas formas de exclusão e violência, que vão desde o estigma social até o transfeminicídio. A transfobia, portanto, impacta diretamente a saúde mental, emocional e social das pessoas transgênero, além de contribuir para a vulnerabilização socioeconômica. No Brasil, os elevados índices de violência contra essa população evidenciam a necessidade urgente de ações educativas que promovam o respeito à diversidade de gênero, o combate ao preconceito e estratégias de cuidado integral à saúde mental, com especial atenção às mulheres trans (Benevides, 2025; Coelho; Teixeira Filho, 2025).

Atualmente, têm sido levantados inúmeros apontamentos acerca do que significa ser mulher, especialmente no que diz respeito às questões de identidade de gênero, que têm gerado amplas discussões no campo sociopolítico. Porém, ainda se perpetuam estigmas e preconceitos. “Quando não há reconhecimento de humanidade, cria-se facilmente a justificativa para decidir o lugar social de cada pessoa e quais singularidades podem existir” (Coelho; Teixeira Filho, 2025, p. 2). Essa negação da diferença e da legitimidade das identidades trans contribui para a manutenção de desigualdades e para o agravamento de situações de vulnerabilidade social e emocional.

Essa questão pode ser analisada a partir do conceito de gênero, conforme aponta Saffioti (2015, p. 46-47), ao afirmar que gênero é mais do que a “construção social do masculino e do feminino”, sendo, na realidade, uma categoria que expressa relações de poder historicamente construídas, nas quais o masculino é colocado em posição de superioridade e o feminino, em condição de subordinação. Assim, o gênero funciona como um instrumento de organização social que estrutura desigualdades e legítimas práticas patriarcais de dominação.

Butler (2018) amplia a compreensão desse conceito ao afirmar que “ser mulher não é questão estática de identidade biológica, mas um processo contínuo de construção social e cultural, no qual o gênero é performaticamente construído”. A autora revela o que é fundamental para entender a diversidade das experiências de gênero, incluindo as das mulheres trans.

Compreender a experiência feminina requer considerar não apenas aspectos biológicos, mas também simbólicos, afetivos e culturais que formam a identidade de cada mulher. A identidade de gênero, segundo Silva *et al.* (2022), é uma condição histórica e social moldada por valores, vivências e motivações que legitimam outras formas de ser e

existir. Mulheres transgênero são aquelas que, embora tenham sido designadas como do sexo masculino ao nascer, identificam-se e vivem como mulheres, rompendo com as normas da binariedade de gênero.

As pessoas trans, inseridas no grupo LGBTQIAPN+, enfrentam vulnerabilidades estruturais, culturais e institucionais que resultam em exclusão social, maior risco de violências e barreiras no acesso aos serviços de saúde. O estigma e o preconceito reforçam esse cenário, consolidando o Brasil como o país com o maior número de homicídios de pessoas trans. Entre elas, as mulheres trans são especialmente afetadas, vivenciando essas desigualdades de forma mais intensa, inclusive no que se refere à mortalidade (Coelho; Teixeira Filho, 2025; Euler, 2023; Souza; Santos; Ferla, 2022).

Ainda que se observem avanços no campo da visibilidade, a sociedade brasileira permanece marcada por estruturas machistas, patriarcais e cisheteronormativas. Tais características não se restringem ao plano social, mas também se refletem na organização dos serviços. Nesse contexto, persistem modelos de cuidado que, em vez de acolher a diversidade ou pessoas em situação de vulnerabilidade, tendem a reproduzir normas excludentes e desigualdades estruturais. Assim, serviços de saúde que deveriam garantir acesso universal, equânime e integral podem, na prática, operar como espaços de exclusão, revitimização e negação de direitos. Além disso, os serviços especializados no acolhimento de vítimas de violência ainda são insuficientes e desigualmente distribuídos, o que limita o acesso e compromete a continuidade do cuidado. Na ausência de representatividade e de processos educativos comprometidos com a transformação social e institucional, perpetuam-se práticas discriminatórias e violências simbólicas que contribuem para a marginalização de determinados grupos, especialmente mulheres trans. Assim, se o Brasil lidera o ranking de homicídio de pessoas trans há 18 anos, essa é uma questão multifacetada e negligenciada nos campos da segurança, saúde e justiça social (Benevides, 2025; Bento, 2016; Silva, 2024).

No âmbito da saúde, a transfobia também se reflete nas questões de acesso e adesão aos serviços e programas de promoção e cuidado. Ainda que a saúde seja um direito garantido a todas as pessoas em território nacional, conforme propõe o princípio da universalidade, os serviços não são acessados de forma igualitária pelas pessoas trans. Além disso, mesmo quando conseguem acessar o sistema, isso não significa que as barreiras foram superadas, pois ainda podem enfrentar situações de discriminação institucional (Souza; Santos; Ferla, 2022). Conterno *et al.* (2022) destacam que mulheres trans enfrentam barreiras que vão desde o uso do nome social até a recusa de atendimento médico, o que compromete diretamente a saúde mental e emocional.

A estrutura da sociedade é responsável por diversas formas de violência, expressas por meio de múltiplos atravessamentos negativos. Essas violências se manifestam em olhares de preconceito e julgamento, em falas discriminatórias, bem como em gestos e

palavras que produzem e reforçam a exclusão de pessoas trans, especialmente mulheres. Tais experiências podem gerar efeitos distintos: por um lado, contribuem para a intimidação, o silenciamento e o sofrimento; por outro, podem impulsionar processos de resiliência, nos quais algumas pessoas constroem trajetórias de resistência frente às adversidades. No entanto, destaca-se que todas as pessoas trans permanecem expostas a essas violências, independentemente de suas estratégias de enfrentamento. Mesmo aquelas que se fortalecem e constroem formas de empoderamento tornam-se, muitas vezes, mais visibilizadas e, conseqüentemente, mais suscetíveis à vigilância, ao julgamento e, não raramente, à perseguição. Mas o silenciamento é também uma forma de sofrimento de negar a própria identidade, a própria vida. Bento (2008) reforça que a violência psicológica e a exclusão social resultam em altos índices de depressão, ansiedade e tentativas de suicídio entre mulheres trans.

Monteiro, Brigeiro e Barbosa (2019) apontam que as condições de vulnerabilidade social e a discriminação cotidiana tornam essa população mais propensa a distúrbios psicológicos e ao uso de substâncias psicoativas. Além disso, Spizzirri *et al.* (2021) identificaram que cerca de 2% da população brasileira adulta se identifica como transgênero ou não binária, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para o acolhimento e o cuidado integral à saúde dessas pessoas. Isso envolve também a atuação da Psicologia no enfrentamento do sofrimento psíquico, bem como de outros profissionais de saúde aptos a oferecer atendimento sem reforçar estigmas ou negar direitos, práticas que também constituem formas de adoecimento.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, estabelece seu compromisso com todas as pessoas independentemente de cor, raça, sexo, religião, entre outros, cujo Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece que “Dos princípios fundamentais: II- “o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 7). Sobretudo, o profissional deve pautar seu trabalho e atuação no respeito à dignidade e à liberdade humana.

Dados da Associação Nacional de Travestis e Pessoas Trans (ANTRA) mostram que o Brasil lidera os índices de violência contra pessoas trans, sendo as vítimas majoritariamente jovens, negras, pobres e do Nordeste, assassinadas com crueldade em espaços públicos. Apesar disso, a subnotificação e a falta de registros oficiais continuam dificultando uma compreensão completa da realidade, refletindo tanto a ausência do Estado quanto a falta de capacitação e sensibilidade dos profissionais de saúde (Benevides, 2025).

Discute-se ainda a necropolítica, conceito de Achille Mbembe, para analisar como o Estado, ao negligenciar políticas efetivas de proteção e inclusão, decide quem pode viver plenamente e quem é deixado para morrer. A transfobia, nesse contexto, é apresentada

como um problema de saúde pública e uma expressão da necropolítica, sustentada por estruturas sociais excludentes (Mbembe, 2016).

O presente artigo tem como objetivo descrever a experiência de um projeto de extensão universitária voltado à conscientização sobre os impactos da transfobia na saúde mental e na qualidade de vida de mulheres transgênero.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, elaborado a partir de uma ação de extensão universitária vinculada à disciplina de Extensão do curso de Psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA). A experiência foi desenvolvida no Serviço Social do Comércio (SESC) do município de Inhangapi, Pará, em parceria com o projeto social “Na Real”, que reúne semanalmente jovens de 18 a 25 anos, com foco na sensibilização acerca dos impactos da transfobia e na valorização da diversidade de gênero.

A ação foi realizada por estudantes do curso de Psicologia da UNAMA e contou com rodas de conversa, dinâmicas e exibição de vídeos, além da participação de convidados, entre eles uma mulher trans, um psicólogo e uma *drag queen*. A presença do psicólogo justificou-se pela mediação técnica em saúde mental, sendo selecionado por disponibilidade e afinidade com a temática. A participação da *drag queen* ocorreu em função de sua vivência e potencial de contribuição para a ampliação do debate.

A estratégia desenvolvida ocorreu em duas etapas simultâneas. Inicialmente, realizou-se uma roda de conversa interativa, com o objetivo de promover um espaço de escuta e reflexão crítica sobre a transfobia e seus impactos psicológicos. Participaram da atividade 28 pessoas, incluindo discentes extensionistas, representantes do SESC e convidados, além das pessoas convidadas. A participação foi voluntária. A estratégia permitiu a participação de todas as pessoas em uma dinâmica horizontal, favorecendo a troca de saberes e a construção coletiva do diálogo.

Ademais, utilizou-se a observação participante como estratégia metodológica. Essa abordagem mostrou-se relevante por possibilitar a coleta de informações a partir da inserção da pessoa pesquisadora no campo de estudo, bem como de sua participação e interação nas atividades desenvolvidas junto às pessoas participantes. Concordando com Minayo (2014), a estratégia permite acessar dimensões simbólicas, relacionais e contextuais do fenômeno investigado, contribuindo para a compreensão dos significados e das práticas sociais em seu contexto real, a partir de um olhar reflexivo e teoricamente orientado.

No plano analítico, adotou-se a interseccionalidade como ferramenta teórico-analítica para compreender como marcadores sociais como gênero, raça, classe, território e escolaridade atravessam as experiências discutidas na atividade. Essa perspectiva permitiu

analisar as dinâmicas de exclusão, vulnerabilidade e produção de desigualdades em saúde, especialmente no contexto das vivências de pessoas trans (Couto, 2024).

Embora o recorte empírico desta pesquisa esteja centrado nas mulheres trans, reconhece-se que elas integram um grupo mais amplo de identidades que compõem a população trans, a qual inclui diferentes vivências de gênero dissidentes da norma cisgênera. Assim, a delimitação analítica adotada não desconsidera a inserção dessas experiências em um campo social mais abrangente, marcado por dinâmicas estruturais comuns de exclusão e violência. As múltiplas expressões da transfobia atravessam o conjunto das identidades trans, ainda que incidam de maneira diferenciada conforme marcadores sociais específicos, como gênero, raça e classe. Assim, justifica-se que parte da literatura mobilizada neste estudo se refira à população trans em termos gerais, especialmente quando aborda aspectos estruturais e conceituais, enquanto, em outros momentos, recorre-se a dados e análises mais específicos sobre mulheres trans, a fim de evidenciar particularidades relacionadas à sua maior vulnerabilidade social e à incidência acentuada de violências direcionadas a esse grupo.

Por não envolver identificação de participantes, o estudo está dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normativas vigentes.

As atividades da extensão universitária foram divididas em três momentos, sistematizados a seguir.

## **2.1 MOMENTO 01 - ACOLHIMENTO E INTRODUÇÃO AO TEMA**

O evento iniciou com a recepção do público de estudantes e convidados que participaram da roda de conversa. O ambiente foi organizado de forma acolhedora, com um banner informativo sobre a temática do projeto, destacando dados relevantes sobre a transfobia e seus impactos psicológicos em mulheres transgênero. Em seguida, o Extensionista 1 realizou a abertura formal do evento, apresentando o projeto e explicando a relevância do tema “Mulheres Transgênero: Transfobia e seus Impactos Psicológicos”. Destacou-se a relevância social e acadêmica da temática, especialmente diante do crescente número de casos de exclusão, violência e adoecimento psíquico vivenciados por pessoas trans no Brasil.

Durante a introdução, o Extensionista 2 complementou a apresentação, ressaltando que o objetivo central da ação era criar um espaço de escuta sensível e de reflexão crítica, capaz de romper com preconceitos historicamente construídos e naturalizados. Reforçou-se ainda que discutir a transfobia nos ambientes de formação, como escolas e instituições de ensino superior, é fundamental, uma vez que esses ambientes constituem um dos principais espaços de formação cidadã e podem se tornar agentes de transformação social.

Os extensionistas também provocaram o público a refletir sobre como pequenas atitudes e expressões cotidianas, frequentemente naturalizadas como “brincadeiras” ou

“opiniões pessoais”, podem se configurar como formas de violência simbólica e reforçar a exclusão social. Assim, o primeiro momento consolidou-se como um espaço de abertura para o diálogo e para a construção coletiva de uma escuta empática e respeitosa, preparando o público para a vivência nos momentos seguintes.

## **2.2 MOMENTO 02 - EXIBIÇÃO DE VÍDEOS E FALAS DE CONVIDADOS**

Este momento teve início com um bate-papo interativo entre as pessoas convidadas, organizado em formato de roda de conversa. A primeira convidada, uma mulher trans, compartilhou sua trajetória de vida, relatando experiências marcadas por desafios, superação e resistência diante de situações de preconceito. Durante sua fala, o psicólogo presente elucidou os impactos psicológicos da transfobia, explicando como experiências de rejeição, discriminação e invisibilidade podem gerar ansiedade, depressão, baixa autoestima e isolamento social. Ressaltou que o reconhecimento da identidade de gênero e o respeito social vão além de meras formalidades, sendo fundamentais para a construção de um senso de pertencimento, segurança emocional e resiliência frente às adversidades enfrentadas por pessoas transgênero, especialmente em contextos sociais que ainda reproduzem estigmas e exclusões.

Durante seu relato, a convidada observou que, embora não tenha vivenciado discriminação direta na cidade onde reside, essa experiência se relaciona a um contexto de privilégio, por ser uma mulher trans branca, com estabilidade econômica e inserção social consolidada. Essa reflexão suscitou discussões sobre as múltiplas camadas de vulnerabilização social que atravessam a vida das pessoas trans, considerando fatores como raça, classe social, território e aparência física. Assim, destacou-se que, à medida que diferentes marcadores sociais da diferença se sobrepõem, tendem a intensificar as situações de violência e vulnerabilidade. O público foi conduzido a compreender que a transfobia não é vivenciada de forma homogênea, mas se manifesta de maneiras distintas, conforme as interseções sociais que estruturam cada trajetória de vida.

Na sequência, o Extensionista 3 realizou a transição da atividade e exibiu o vídeo “Gabriela Medeiros - Conversa com Bial”, que abordou questões relacionadas à afetividade, autoestima e vivência da transexualidade. O material audiovisual serviu como estímulo para o debate, permitindo que os participantes refletissem sobre o papel da sociedade na construção da identidade de gênero e sobre a importância do autocuidado e da aceitação pessoal. Em seguida, o Extensionista 4 conduziu as perguntas aos convidados, promovendo o diálogo com os alunos. O psicólogo destacou dados preocupantes sobre a expectativa de vida da população trans no Brasil, inferior a 40 anos, enfatizando a necessidade urgente de políticas públicas e redes de apoio que garantam dignidade, segurança, acesso e adesão aos serviços de saúde e proteção a essa população.

O psicólogo também contribuiu esclarecendo a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, desconstruindo estigmas e destacando que a compreensão desses conceitos é essencial para a promoção de relações mais respeitadas e inclusivas. A convidada, enquanto mulher trans, reforçou a importância do autoconhecimento, dos vínculos afetivos e da criação de espaços seguros de pertencimento. Além disso, evidenciou que a resistência em uma sociedade heteronormativa é um ato de coragem. O ambiente mostrou-se receptivo e participativo, com o público demonstrando interesse, atenção e envolvimento. O diálogo aberto favoreceu a troca de percepções e ampliou a compreensão sobre as diversas formas de vivenciar o gênero e a sexualidade.

### **2.3 MOMENTO 03 - DISCUSSÃO COLETIVA**

O terceiro momento foi destinado à participação ativa do público, que teve a oportunidade de expressar dúvidas, comentários e reflexões sobre os conteúdos apresentados. As intervenções dos alunos abordaram temas como o preconceito no mercado de trabalho, a ausência de apoio familiar e o papel das instituições de ensino na promoção da inclusão social de pessoas trans. A mediação realizada pelos extensionistas, pela convidada trans e pelo psicólogo contribuiu para o aprofundamento dessas questões, promovendo uma interlocução reflexiva que evidenciou o interesse e o envolvimento do público, bem como a relevância da atividade para a sensibilização acerca das questões de gênero e diversidade.

Ao longo das discussões, observou-se que muitos alunos inicialmente associavam a transfobia apenas a agressões físicas, mas, por meio das explicações e exemplos apresentados pelas pessoas convidadas e pelos mediadores, passaram a compreender que ela também se manifesta em atitudes simbólicas, como o desrespeito ao uso do nome social e o uso de pronomes e expressões que invisibilizam as identidades trans. Essa ampliação da percepção reforçou a compreensão de que a educação constitui uma ferramenta essencial no combate à discriminação, na promoção da empatia e na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

A transfobia pode ser compreendida, no campo dos estudos de gênero, como um fenômeno multifacetado que ultrapassa a dimensão da violência física, abrangendo também práticas simbólicas e institucionais que reforçam a marginalização de identidades trans. Conforme argumenta Berenice Bento (2016), a violência contra essas pessoas está inserida em uma estrutura social cisnormativa que legitima diferentes formas de exclusão, muitas vezes naturalizadas no cotidiano. Nesse sentido, os dados da presente pesquisa corroboram tal perspectiva ao evidenciar que, inicialmente, muitos alunos associavam a transfobia apenas a agressões físicas; contudo, após intervenções pedagógicas mediadas por sujeitos e experiências concretas, ampliaram sua compreensão para incluir manifestações simbólicas, como o desrespeito ao nome social e o uso inadequado de pronomes. Tais práticas, ainda

que não se configurem como violência física direta, operam como mecanismos de apagamento identitário e de negação de reconhecimento, sendo, portanto, constitutivas da transfobia enquanto forma de violência estrutural (Bento, 2016).

Para concluir a atividade, foram exibidos dois vídeos curtos com depoimentos de mulheres trans, que compartilharam experiências de vida e, de forma breve, destacaram a importância da visibilidade social, do respeito à identidade de gênero e do enfrentamento da transfobia como estratégias fundamentais para a promoção da autoestima e da cidadania de pessoas trans. O encerramento foi conduzido pelos extensionistas, que agradeceram às pessoas convidadas, ao público e à equipe do SESC pelo apoio e parceria na realização da intervenção, reforçando o caráter coletivo e formativo da atividade.

O evento foi finalizado com um momento de confraternização entre as pessoas participantes, marcado por trocas afetivas e um ambiente acolhedor. Essa etapa consolidou a intervenção como uma experiência formativa e transformadora, reafirmando o papel da extensão universitária na promoção da cidadania, do respeito à diversidade e da empatia social, ao mesmo tempo em que evidenciou o compromisso ético da Psicologia com a defesa dos direitos humanos e a construção de espaços inclusivos.

Diante desse cenário, os três momentos realizados durante a atividade permitiram aproximações e trocas de conhecimento com o público, incluindo mulheres transgênero, bem como aprendizados a partir do compartilhamento de experiências. A partir disso, a universidade desempenha um papel essencial na formação de cidadãos críticos e comprometidos com os direitos humanos. A extensão universitária, enquanto elo entre a teoria e a prática social, permite o desenvolvimento de ações que promovem o respeito, a inclusão e a saúde mental da população transgênero, além de assumir papel fundamental ao articular o saber acadêmico às demandas sociais.

### **3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E TRANSFOBIA: PERSPECTIVAS DE CUIDADO DA PSICOLOGIA FRENTE ÀS DESIGUALDADES E PRODUÇÕES DE SOFRIMENTO**

Ao identificar os resultados observados na atividade extensionista, no âmbito do curso de Psicologia, considera-se necessária a reflexão sobre conceitos que se articulam ao tema da violência de gênero e da transfobia, possibilitando aproximações com a Psicologia no enfrentamento das desigualdades e na compreensão das produções de sofrimento psíquico. Para tanto, a ação extensionista provocou grande engajamento dos jovens participantes, que demonstraram interesse e acolhimento diante da temática. Observou-se uma ampliação das práticas de escuta, empatia e respeito, especialmente após os relatos marcantes da convidada trans. Muitos participantes relataram nunca ter tido contato direto com pessoas trans, destacando a importância do diálogo e da desconstrução de preconceitos.

A fala da convidada trans trouxe visibilidade às dificuldades enfrentadas em espaços públicos e institucionais, revelando como a transfobia impacta o bem-estar emocional e psicológico. Essa percepção foi reforçada por estudos de Cortes *et al.* (2022), que destacam a importância do acolhimento empático e da escuta ativa nos serviços de saúde mental destinados à população trans.

Durante a roda de conversa, emergiram reflexões sobre o papel das políticas públicas, da mídia e da educação na perpetuação da transfobia. Os jovens reconheceram comportamentos transfóbicos em situações cotidianas e refletiram sobre estratégias individuais e coletivas de enfrentamento. Tais resultados dialogam com o pensamento de Butler (2018), que propõe a desconstrução das normas de gênero como forma de resistência à opressão. Há um componente importante nesse aspecto, que é a decolonização do ser e do saber, que implica a desconstrução de barreiras simbólicas que tendem a rotular os corpos a partir de preconceitos e hierarquias sociais (Guerra, 2024).

Nesse sentido, as relações históricas de poder são estruturadas socialmente de acordo com processos sócio-histórico-culturais de determinado contexto, que vão produzindo e sustentando desigualdades entre as pessoas, seus corpos e identidades. Assim, a violência de gênero constitui-se como um fenômeno social complexo, estabelecido por normas morais que determinam o que é certo e errado, bom e mau, belo e feio, entre outros. No caso de pessoas trans, tal violência articula-se com a transfobia, gerando cada vez mais exclusão social, discriminação, vulnerabilidades e a não legitimação de suas identidades de gênero (Bento, 2016).

Destaca-se que, assim como houve um impacto nos participantes, a experiência teve efeito transformador nos próprios discentes extensionistas. O contato direto com a comunidade e a responsabilidade social envolvida contribuíram para o desenvolvimento de competências éticas e sensibilidade humanizada, fundamentais à formação do psicólogo. Segundo Bento (2008), a luta por reconhecimento e visibilidade das mulheres trans é também uma luta pela dignidade humana e pela saúde mental coletiva, uma vez que estão expostas cotidianamente às diversas formas de violência de gênero.

Além da transfobia como forma de violência de gênero, identifica-se também o transfeminicídio, compreendido como a expressão mais extrema da transfobia, que “tal qual o feminicídio, se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação das travestis, mulheres trans e mulheres transexuais, motivada pela negação de humanidade às vítimas” (Bento, 2016, p.51). Ou seja, o assassinato de pessoas trans motivado por questões de gênero, especificamente pelo rompimento com as normas binárias que estruturam a sociedade em que vivemos. Os tipos de violência de gênero, como a transfobia e o transfeminicídio, geram inúmeros sofrimentos psíquicos para as pessoas, tornando-se, assim, um problema de saúde pública.

A análise das observações realizadas durante a atividade de extensão, a partir da observação participante, permitiu identificar que o evento contribuiu para reduzir estigmas e promover uma cultura de respeito e empatia, fortalecendo a consciência crítica dos jovens sobre diversidade e direitos humanos. Essa experiência corrobora o papel da extensão universitária como ferramenta de transformação social e, também, para pensar o papel da Psicologia frente à sua atuação e implicação com essa temática (Monteiro; Brigeiro; Barbosa, 2019).

Bento (2016) considera que as diversas formas de violências sofridas pelas pessoas trans desde a infância até a vida adulta em ambientes como a escola, família e trabalho, evidenciam a imposição de padrões normativos de gênero e a reprodução de violências simbólicas, culturais e estruturais, sobretudo no caso de mulheres. Essas violências cotidianas estão relacionadas à transfobia, que expõe essa população a maiores riscos de sofrimento e adoecimento psíquico, podendo levá-las à morte. Para a autora, não se trata somente da violência de gênero, mas de um gênero da violência, cujos atravessamentos repercutem na violência que é socialmente organizada e legitimada historicamente. Há definições para corpos legítimos e expressões de gênero na sociedade, onde aqueles que não se enquadram nesses padrões aceitáveis ficam sujeitos a todos os tipos de discriminações e violências (Bento, 2016; Coelho; Teixeira Filho, 2025).

A Psicologia tem um papel crucial nesse âmbito ao identificar que as práticas cotidianas de violência de gênero, como o desrespeito e a negligência, não se restringem a momentos isolados, mas perpassam todo um sistema de funcionamento excludente. Tais violências produzem efeitos subjetivos significativos, como sentimentos de desamparo, ansiedade, depressão e ideação suicida, frequentemente reforçados por contextos sociais discriminatórios.

A compreensão ampla e despatologizante da Psicologia sobre sexualidade e gênero vem permitindo que a categoria amplie as discussões acerca do tema, bem como produza materiais relevantes que orientem a atuação desses profissionais, como uma proposta de educação em saúde. A exemplo disso, a publicação “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+” (CFP, 2023) está organizada em quatro eixos e com foco em orientar a atuação da Psicologia na garantia de direitos da população LGBTQIA+.

O eixo I trata da dimensão ético-política da atuação, considerando os seguintes pontos: o compromisso ético-político com os direitos humanos e a justiça social; as normas do Conselho Federal de Psicologia e os marcos internacionais relacionados à população LGBTQIA+; o reconhecimento das diversidades no contexto social e cultural; e a reafirmação de que os profissionais não devem considerar como doença, desvio, distúrbio ou inadequação qualquer tipo de orientação sexual ou identidade de gênero. O eixo II discorre sobre Psicologia, sexualidade e gênero: debates teóricos e diretrizes ético-políticas,

apresentando fundamentos teóricos sobre o tema em questão a partir de uma lógica despatologizante, e articulando tais discussões com as diretrizes éticas e profissionais que orientam o trabalho de psicólogos, bem como com temas como orientação sexual, interseccionalidades, identidade de gênero, entre outros. O eixo III, que trata da atuação da categoria nos serviços direcionados à população LGBTQIA+, discute um conjunto de políticas públicas e serviços de acolhimento para essas pessoas, enfatizando os inúmeros desafios de acesso às políticas públicas, assim como a necessidade de uma prática que inclua os serviços da rede de atenção à saúde, vigilância, promoção e prevenção de direitos. O eixo IV refere-se à gestão do trabalho em serviços direcionados às pessoas LGBTQIA+, trazendo reflexões sobre o trabalho de profissionais em serviços de referência para essa população; ressalta a necessidade de comprometimento com o enfrentamento de violências, como a transfobia, e a importância da qualidade do cuidado e do vínculo para a continuidade de um acompanhamento e de uma atuação profissional eficaz (CFP, 2023).

A publicação de referências técnicas, necessária para toda a categoria profissional, reforça que, do ponto de vista psicológico, os aspectos normativos e os padrões que moldam a sociedade contribuem para a produção de sofrimento psíquico, para formas de exclusão e para vulnerabilidades. Pois, a violência não é somente física ou verbal, é também simbólica e institucional, presente em todos os cenários cotidianos através da negação do reconhecimento de corpos dissidentes (Honnet, 2003). Apesar da importância da publicação, as “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas” não acompanharam a atualização da sigla, que, atualmente, é mais inclusiva (LGBTQIAPN+). Isso também constitui uma forma de exclusão das identidades que não foram contempladas na sigla adotada na respectiva publicação, assim como ocorre em muitos documentos oficiais no Brasil (Coelho; Teixeira Filho, 2025).

As diversas formas de negação às pessoas trans, contribuem para a discussão que Berenice Bento propõe - articulada ao conceito de necropolítica, instituído por Mbembe (2016) - ao salientar que a sociedade cria barreiras entre corpos que são vivíveis e invivíveis, ou seja, quem pode viver e quem pode morrer. As pessoas trans compõem o segundo grupo, pois tornam-se alvos de exclusão e negação de identidade e reconhecimento diante do rompimento com o binarismo e demais padrões sociais. Especialmente, quando se trata de corpos de mulheres, que se configuram como alvos de ataques e resultam em casos de transfeminicídio. Essas adversidades podem contribuir para a manutenção de uma visão biomédica e patologizante das identidades trans, ao classificá-las como transtornos, por exemplo (Bento, 2016).

A violência de gênero passa a ser um dispositivo de poder que se traduz em violência de Estado quando este se mostra omissivo em termos de políticas públicas, bem como em situações de negligência e controle de corpos e identidades. Como exemplo disso, registram-se altos índices e taxas crescentes de violência sofrida por pessoas trans e demais

coletividades, especialmente no Brasil, discussão que será retomada na seção seguinte, ao abordar também as desigualdades, a invisibilidade e a participação social no SUS.

Cabe à Psicologia reiterar que tal perspectiva configura mais uma forma de violência - a epistemológica -, que exclui saberes e experiências da população trans, os quais deveriam também compor os espaços de produção de conhecimento e de definição do que é considerado patológico ou normal. Trata-se de paradigmas normativos que não condizem com a atuação de profissionais da Psicologia, que devem pautar seu trabalho no compromisso ético com os direitos humanos e no reconhecimento da pluralidade de corpos e identidades como expressões legítimas da subjetividade humana.

A partir disso, a atuação de profissionais da Psicologia exige uma postura ética, estética e política comprometida com a defesa dos direitos humanos, considerando cada pessoa em sua singularidade e contribuindo para a desconstrução de normatividades de gênero que sustentam as violências. Torna-se fundamental partir de um espaço de escuta e acolhimento, que constitui a base para a construção de vínculos e para a promoção do cuidado em saúde mental. Nesse sentido, a atuação profissional deve articular-se ao compromisso com direitos básicos, como o direito à vida e à saúde, reconhecendo a importância de validar as experiências de gênero em sua pluralidade, sobretudo as de mulheres trans.

#### **4 REGISTROS EM SAÚDE, TRANSFOBIA E NECROPOLÍTICA: DESIGUALDADES, INVISIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUS**

Esta seção se dedica a uma reflexão sobre os registros em saúde, fundamentais para compreender o perfil da população, planejar e monitorar ações e políticas públicas, avaliar indicadores, identificar desigualdades de acesso e adesão aos serviços de saúde e fomentar mudanças nas políticas, de forma que se tornem mais adequadas às necessidades e subjetividades de pessoas e grupos, especialmente de mulheres trans, devido a condições de maior vulnerabilidade social, que, historicamente, atravessa esse grupo (Santos; Ferla, 2023). Além disso, esta seção também se dedica a analisar como a invisibilidade institucional e a subnotificação comprometem a produção de dados confiáveis, impactando a formulação de políticas de prevenção, proteção e cuidado.

Na dimensão da saúde, sabe-se que o acesso e adesão aos serviços são diferentes e, em muitas situações, expressam desigualdades. Pessoas negras, pessoas trans, pessoas de comunidades ribeirinhas, por exemplo, têm o acesso mais restrito e dificultado em comparação a outras pessoas e grupos. As desigualdades sociais e estruturais, portanto, determinam quem mais se expõe aos riscos e quem tem acesso às políticas de cuidado. Muitas doenças e muitos diagnósticos tardios estão associadas aos grandes marcadores sociais, como gênero, raça, classe social, território, status migratório e escolaridade. Nesse caso, a interseccionalidade se torna uma ferramenta metodológica importante para análise

das diferenças, bem como das formas de opressão ou privilégio (Couto, 2024; Oliveira *et al.*, 2020; Souza; Santos; Ferla, 2022).

Com o preconceito constituindo a centralidade das estruturas sociais e das dinâmicas de poder, todo lugar se torna um risco e uma possibilidade a múltiplas violências. Desde sempre, pessoas trans e mulheres trans convivem com diversas formas de opressão. Na escola, por exemplo, lugares que estão distantes de uma “ordem disciplinar”, tornam-se um risco em potencial, como os banheiros, filas - em que há a separação de meninas e meninos -, momento de saída da escola após o término das aulas e nas aulas de educação física, sobretudo quando há separação de esportes para meninas e esportes para meninos. Nesses momentos e lugares, meninos que expressam sua masculinidade, sendo confundida com violência, exercem pressão social e intimidação sobre meninas e meninos “supostamente diferentes”. Em casa, crianças que se diferenciam de um padrão normativo esperado, também não são entendidas e respeitadas, passando por situações de opressão e exclusão, sendo obrigadas a uma adaptação forçada. É como se o carrinho de brinquedo fosse um objeto para meninos e as bonecas apenas para as meninas. Evidentemente, não estamos concordando com o exposto, mas o registro vale para mostrar que a sociedade nos faz crer que existe um padrão ideal de homens e mulheres. Há uma tentativa forçada e frequente de impor como se deve ser homem e mulher, masculino e feminino, heterossexual e homossexual. Novamente a colonização sobre os corpos e a expressão de gênero aparece como dispositivo de tensão (Guerra, 2024; Miskolci, 2021; Santos; Miranda, 2024).

Isso é uma violência à qual muitas pessoas estão sujeitas. No ambiente de trabalho não é diferente. Quando pessoas trans têm acesso ao mercado de trabalho, visto que pré-julgamentos e estereótipos sobre elas influenciam negativamente ou impedem a contratação, restando-lhes empregos informais e/ou precários, são persistentemente assediadas moralmente, há constante recusa ao uso do nome social e exclusão por parte de colegas e superiores, com barreiras, inclusive, às possibilidades de promoção profissional. Esse contexto reforça a cultura de uma violência simbólica e cultural na medida em que se faz surgir uma pressão sobre o que seria um “padrão adequado” para determinado gênero, perpetuando desigualdades estruturais e marginalização social (Miskolci, 2021; Santos; Miranda, 2024).

A violência está presente em muitos espaços e fases da vida, sendo reproduzida por estruturas sociais no cotidiano. Muitas dessas violências são veladas, sutis, sendo percebidas pelas vítimas após muito tempo de sua ocorrência e após um processo de resignificação das mensagens e circunstâncias vividas e violências sofridas (Miskolci, 2021).

Há muito tempo se reconhece que a população trans está exposta a maiores riscos de adoecimento e morte, em razão da transfobia e das desigualdades sociais que atravessam suas vidas, bem como no caso de mulheres trans, especialmente no que se refere ao

transfeminicídio. O Brasil ocupa um trágico lugar no *ranking* de países com o maior número de violência contra a população LGBTQIAPN+, reforçando, sem dúvida, o preconceito e a ausência de políticas públicas eficazes em garantir o princípio da equidade, como é previsto no SUS (Benevides, 2025; Coelho; Teixeira Filho, 2025).

Apesar do DATASUS, o sistema de dados do Ministério da Saúde (MS), ser uma excelente fonte de dados sobre saúde, agravos e mortalidade, servindo para a produção de indicadores e diversas análises, ainda é incompleto e apresenta lacunas que comprometem análises detalhadas, fragilizando a gestão em saúde e a elaboração de políticas mais compatíveis à integralidade e subjetividade de pessoas e grupos (Koike, 2025; Santos; Ferla, 2023).

Ainda é um desafio reunir dados completos e articulados sobre a violência contra pessoas trans. No Brasil, com esforço considerável, a Associação Nacional de Travestis e Pessoas Trans (ANTRA) é uma das principais organizações que documentam e monitoram essa violência no país, contribuindo com dados estatísticos sobre transfobia e complementando informações de outras organizações, como o Grupo Gay da Bahia e a *Transgender Europe*. Nos últimos anos, os levantamentos sobre assassinatos de pessoas trans registraram os seguintes números: 2017: 179 homicídios; 2018: 163; 2019: 124; 2020: 175; 2021: 140; 2022: 131; 2023: 145; 2024: 122.

Contudo, esses dados não se distribuem de forma homogênea entre as diferentes identidades trans. As mortes atingem de forma desproporcional travestis e mulheres trans, sobretudo negras ou pardas e jovens, evidenciando a intersecção entre gênero, raça e classe na produção da violência. Esse cenário revela não apenas a insuficiência de políticas públicas de proteção, mas também a persistência de uma violência estrutural e seletiva, que demanda ações específicas voltadas aos grupos mais vulnerabilizados. Além disso, destaca-se a necessidade de políticas que enfrentem a cultura da violência e promovam a educação para o respeito e a diversidade (Benevides, 2025; Santos; Miranda, 2024).

Com relação aos assassinatos e outras formas de violência contra travestis e pessoas transexuais no período de 2017 a 2024, segundo dados fornecidos pela ANTRA, o estado que mais frequentemente ocupou posições elevadas ao longo do período foi São Paulo, que se manteve entre os primeiros colocados em diversos anos: 1º em 2024, 16º em 2023, 19º em 2022, 13º em 2021 e 25º em 2020. Os resultados mostram uma oscilação significativa, mas mantendo-se em destaque. O Rio de Janeiro apresenta presença consistente entre os primeiros colocados em vários anos (2021: 12, 2022: 12, 2023: 16, 2024: 10). O Ceará também apresenta consistência, com valores elevados ao longo do período: 2017: 16, 2018: 13, 2019: 11, 2020: 22, 2021: 11, 2022: 13, 2023: 12, 2024: 11 (Benevides, 2025)<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Análises dos dados apresentados na página 66 do "Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024" (Benevides, 2025).

Conforme a ANTRA, no Brasil, os dados revelam que a maioria das vítimas da transfobia são jovens trans negras, pobres, moradoras da região Nordeste do país e assassinadas em espaços públicos, frequentemente com crueldade (Benevides, 2025).

Apesar da robustez quanto ao levantamento de dados realizado pela ANTRA, a própria associação declara que os dados não refletem totalmente a realidade nacional, pois há subnotificação e invisibilidade institucional. Os dados para os Dossiês publicados anualmente são levantados a partir de monitoramentos contínuos de notícias, registros oficiais e informações de organizações parceiras (Benevides, 2025).

Em nossa análise, quanto à transfobia e ao transfeminicídio, a falta de registros ou os números baixos, em comparação com outras realidades, não significam que a violência não aconteça. Mesmo quando os casos são baixos, comparados a outros indicadores e ocorrências em saúde, não devem ser negligenciados.

A subnotificação, ausência de registros ou registros incompletos são expressivos problemas para análises detalhadas e completas e podem se relacionar a fatores estruturais, políticos e institucionais. Muitos profissionais não recebem a devida capacitação sobre a importância de manter os campos de registros preenchidos. A falta de capacitação também incide sobre os mesmos profissionais não reconhecerem a importância das informações, considerando, em algumas situações, uma atividade burocrática, sem compreender o impacto epidemiológico, social, para a ciência e para o próprio grupo populacional. Mas a fragilidade quanto aos registros pode representar desconforto ou negligência no reconhecimento das identidades de gênero. Além disso, também pode refletir a precariedade de serviços e instituições, com falta de investimento em recursos e em espaços adequados para acolher as vítimas de violência (Santos; Ferla, 2023; Souza; Araújo; Silva Filho, 2024). Essa questão, porém, não deve ser a justificativa para a falta de atendimento e registros adequados.

Há, ainda, outra questão relevante. Antes de chegar aos serviços de atendimento, registro e notificação - isto é, quando conseguem acessá-los, uma vez que muitas situações de violência resultam em morte -, as vítimas frequentemente são levadas ao silenciamento, sendo desencorajadas ou ameaçadas caso persistam na intenção de denunciar e registrar a ocorrência. Essa dinâmica não é exclusiva das pessoas trans, sendo também observada na realidade de mulheres cis vítimas de violência doméstica e familiar, o que evidencia padrões estruturais de produção do silenciamento e de barreiras ao acesso à justiça e à proteção (Saffioti, 2015).

Esse conjunto de informações e indicadores, mencionados anteriormente, revela a ausência do Estado na garantia de direitos fundamentais e no respeito às subjetividades. Qual é o papel do Estado? Estaria ele, de fato, na posição de exercer o poder e decidir quem vive e quem morre? Ao deixar de implantar políticas públicas efetivas de proteção, educação e inclusão, o Estado não apenas falha em assegurar direitos, mas também

contribui para a vulnerabilização dessas pessoas, expondo-as a riscos de morte e violência, e reforçando um processo social de exclusão que decide quem pode viver plenamente e quem é deixado para morrer (Mbembe, 2016).

Há, em nossa análise, um componente analítico importante que atravessa as discussões propostas para o tema da transfobia. A transfobia se conecta diretamente à necropolítica, pois as pessoas trans - especialmente mulheres trans, em particular negras e periféricas - são frequentemente colocadas em um lugar marcado por violências e, não raramente, pela morte. As pessoas trans ainda lidam com a negação de acesso à saúde, educação, trabalho e moradia. É relevante a garantia de acesso a esses direitos para que se possa viver com qualidade, e para que a vida não seja reduzida a uma condição de sobrevivência. Retomando o marcador social “trabalho”, pessoas trans, sobretudo mulheres trans, frequentemente têm entrevistas de emprego negadas, apresentam baixa possibilidade de ascensão profissional quando contratadas e sofrem demissões motivadas por discriminação. Quando recorrem ao trabalho informal, como frequentemente ocorre com o trabalho sexual, essas pessoas ficam expostas a diversas situações de vulnerabilização social, incluindo violências físicas e psicológicas, exploração e instabilidade financeira, o que reforça ainda mais a exclusão social e a falta de moradia. Além disso, apresentam riscos aumentados de infecções sexualmente transmissíveis (IST) (Benevides, 2025; Pedra, 2018; Santos; Miranda, 2024).

Considerando o exposto, a necropolítica se manifesta em situações em que o Estado, seja por omissão e ação, normaliza, legitima ou produz a morte dessas pessoas - pessoas trans -, ao negar os direitos garantidos na Constituição Brasileira de 1988, como a proteção e a dignidade. Nesse contexto, a transfobia não é apenas um preconceito individual, é um grande sistema e um grande problema de saúde pública com base em uma estrutura política e social de exclusão, que decide quem pode viver plenamente e quem é deixado para morrer (Mbembe, 2016).

No caso da transfobia, a formulação de políticas públicas deve contemplar as pessoas trans de maneira abrangente, com atenção especial às mulheres trans, que enfrentam maior vulnerabilidade social, violência e letalidade. Desde a concepção, discussão, desenvolvimento, implantação até o monitoramento dessas políticas, é fundamental que as próprias pessoas diretamente afetadas estejam no centro das decisões. Caso contrário, perpetua-se uma lógica colonial que exclui justamente aquelas que sofrem as consequências de um processo estrutural de preconceito e violência. Há aqui uma forte expressão e um forte chamado à participação social ativa no SUS, que prevê, por meio da ocupação de espaços plurais e políticos, como as conferências nacionais de saúde, a garantia de direitos, equidade e atenção integral (Santos *et al.*, 2024; Santos *et al.*, 2025). É essencial discutir a cultura da denúncia de modo que essa prática se perpetue e inspire outras pessoas a agir da mesma forma.

Assim, garantir registros completos, visibilidade institucional e participação social é uma condição relevante para que políticas públicas sejam realmente inclusivas, equitativas e capazes de proteger a vida e a dignidade da população trans.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta sobre violência de gênero e transfobia, desigualdades, produção de sofrimento, necropolítica e Psicologia evidencia a ausência de políticas públicas efetivas, bem como a persistência de estruturas sociais que naturalizam a exclusão, a desigualdade e a morte simbólica e física de mulheres trans e pessoas trans historicamente marginalizadas. A análise revela que a transfobia não é apenas uma expressão de preconceito individual, mas uma manifestação sócio-histórica-cultural, sustentada por práticas que impossibilitam o acesso pleno a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e segurança. É uma realidade que reflete a omissão do Estado diante das necessidades dessas populações, que acaba por exercer um poder com base na necropolítica, decidindo quem pode viver dignamente e quem é relegado à margem da sociedade.

Em nossa análise, as pessoas participantes das atividades extensionistas demonstraram engajamento, apresentando maior empatia, escuta sensível e interesse pela temática, culminando em sensibilização sobre os cuidados com a saúde mental das mulheres trans. A experiência é potente por contribuir para o enfrentamento da transfobia e para a promoção de ambientes mais inclusivos e favoráveis à saúde mental das pessoas trans. A experiência vivenciada reforçou o papel da extensão universitária como instrumento de transformação social e promoção da saúde mental, ao aproximar o saber científico da realidade comunitária. O diálogo estabelecido entre estudantes, profissionais e participantes evidenciou que práticas educativas são estratégias eficazes no enfrentamento à transfobia e na construção de ambientes mais acolhedores e inclusivos para as mulheres transgênero. O enfrentamento à violência de gênero perpassa toda a formação e construção que se faz a partir da produção de conhecimentos. Além disso, permite contribuir para a construção de espaços afirmativos e seguros, bem como para o reconhecimento do impacto psíquico das violências estruturais.

A realização do evento em Inhangapi (PA) destacou a importância de ampliar políticas públicas e iniciativas de cuidado que considerem as especificidades dessa população, valorizando ações pautadas na escuta qualificada, na empatia e no acolhimento. A falta de políticas públicas abrangentes e eficazes às especificidades de gênero e identidade reforça a invisibilidade e a vulnerabilização das pessoas trans e de outras coletividades. A subnotificação de casos de violência e a precariedade dos registros em saúde comprometem o planejamento de ações e o monitoramento de indicadores, resultando em um ciclo de negligência e exclusão.

A Psicologia assume um papel central, enquanto ciência e profissão deve estar comprometida com a promoção da saúde integral, posicionando-se de maneira crítica e ética frente às violências estruturais que atingem populações vulneráveis. Cabe aos profissionais de Psicologia compreender a produção de sofrimento não apenas em sua dimensão individual, mas como produto de contextos históricos e sociais marcados por opressão e exclusão. O cuidado psicológico, portanto, deve ultrapassar o espaço clínico, engajando-se em ações intersetoriais, educativas e políticas que visem a desconstrução de estigmas, a promoção da equidade e a defesa dos direitos humanos, como foi a ação extensionista apresentada neste texto.

As políticas públicas voltadas à população trans devem ser construídas com participação ativa das próprias pessoas trans, desde a formulação até o monitoramento, em consonância com os princípios de equidade e participação social no SUS. Somente com políticas públicas efetivas, registros visíveis, e um compromisso ético da Psicologia com a justiça social e a equidade, será possível avançar na construção de uma sociedade participativa, democrática e livre de violências.

Em síntese, a atividade de extensão enquanto movimento ético, político e estético contribui para a minimização dos impactos psicológicos decorrentes da exclusão e da violência. Sobretudo, o projeto possibilitou não apenas o desenvolvimento acadêmico dos estudantes envolvidos, como também favoreceu a promoção da cidadania e do respeito à diversidade, fortalecendo o compromisso social com a superação das desigualdades de gênero.

Finalizamos a escrita deste artigo no dia 12 de novembro de 2025, três dias após a morte brutal de uma mulher trans em Belo Horizonte, Minas Gerais. A vítima, Alice Martins Alves, de 33 anos, foi agredida em local público e foi a óbito no dia 09 de novembro de 2025, em decorrência de complicações das agressões. Nosso intuito, ao registrar esse caso, não é para sensacionalizar a violência, mas para corroborar as informações antecipadamente registradas neste artigo, como o local da agressão, o desfecho da violência e a expectativa de vida. E, além disso, é mostrar que o transfeminicídio é uma prática recorrente. Nós, autoras e autor deste artigo, nos solidarizamos à família e amigos da vítima, e lamentamos profundamente o ocorrido, assim como lamentamos todas as violências às pessoas trans.

Esperamos que este artigo alcance muitas pessoas e seja um dispositivo de inspiração para muitos grupos e instituições, motivando práticas potentes de educação e transformação, e que essa mudança seja também nas estatísticas trágicas de violência às pessoas trans. As atividades extensionistas que realizamos é também uma forma de produção de cuidado, que, sistemática e estruturalmente, adotou uma metodologia decolonial ao envolver pessoas trans e pessoas engajadas com a causa para dar visibilidade ao tema central.

Permitimos aqui uma conclusão em tom mais pessoal para evidenciar que também somos pessoas implicadas com a causa LGBTQIAPN+. Neste artigo, o autor é assumidamente gay e as autoras compartilham o mesmo engajamento na defesa dos direitos dessa população. E todos somos comprometidos com a justiça social e com a promoção do cuidado integral. Assim, apostamos que a nossa experiência tenha sido válida para afetar positivamente outras pessoas e a forma de construir sistemas e políticas de saúde mais integrais e equânimes. “Vidas trans importam!!!”

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2025.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. Coleção Primeiros Passos - São Paulo. Brasiliense, 2008.

BENTO, B. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. - Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30169/1/dissidencias-sexuais-genero-repositorio.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2026.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COELHO, G. G.; TEIXEIRA FILHO, F. S. Vidas ilícitas: transfobia e situação de rua em São Paulo, Brasil. **Psicoperspectivas**, v. 24, n. 2, p. 1-13, 2025. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-69242025000200112&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-69242025000200112&script=sci_arttext). Acesso em: 11 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo\\_etica.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf). Acesso em: 27 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA; CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT\\_LGBT\\_crepop\\_Web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf). Acesso em: 31 out. 2025.

CONTERNO, S. F. *et al.* Assistência à saúde da mulher trans: fragilidades e desafios. **Revista Cereus**, v.14, n. 2, p. 46-60, 2022. Disponível em: <https://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/3694>. Acesso em: 29 out. 2025.

CORTES, H. M. *et al.* Saúde mental de mulheres transgêneras: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 12, n. 3, e2212321706, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/21706>. Acesso em: 29 out. 2025.

COUTO, M. T. **Abordagem Interseccional em Saúde: Avanços e Desafios** [vídeo]. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zAzhwAU3vdo&t=4s>. Acesso em: 9 out. 2025.

EULER, M. Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. **Radioagência Nacional**, São Luís (MA), 27 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo>. Acesso em: 28 out. 2025.

GUERRA, J. M. N. **Bichas pretas, saberes outros e direitos humanos**: reflexões decoloniais a partir do conteúdo produzido nas mídias sociais. 2024. 140 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Direito, Criciúma, 2024. Disponível em: <http://200.18.15.28/bitstream/1/11653/1/Jorge%20Miguel%20Nascimento%20Guerra.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Editora ed. 34, 296 p., 2003.

KOIKE, M. DataSUS: uma ferramenta essencial para a saúde pública no Brasil. **Arq Bras Cardiol**, v. 122, n. 2, e20250123, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/hYBktw4CVnhvTbN37YJyhvS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2025.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 1 nov. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Rev ampl. - Belo Horizonte: Autêntica: UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, 2021.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. e00047119, 2019. Disponível em: [https://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/CSP\\_0471\\_19\\_editorial\\_v35n4\\_pt.pdf](https://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/CSP_0471_19_editorial_v35n4_pt.pdf). Acesso em: 28 out. 2025.

OLIVEIRA, E. *et al.* Contribuição da interseccionalidade na compreensão da saúde-doença-cuidado de homens jovens em contextos de pobreza urbana. **Interface (Botucatu)**, v. 24, e180736, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054005462>. Acesso em: 8 set. 2025.

PEDRA, C. B. **Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil**: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. Dissertação (Mestrado), Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/381>. Acesso em: 2 nov. 2025.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/5-genero\\_web.pdf](https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/5-genero_web.pdf). Acesso em: 6 abr. 2026.

SANTOS, P. S.; MIRANDA, J. S. Os direitos da mulher trans no ambiente de trabalho: desafios e perspectivas. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 17, n. 10, p. e6520, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6520>. Acesso em: 2 nov. 2025.

SANTOS, W. P. *et al.* (org.). **Gestão do trabalho e da educação na saúde é para produzir participação social, democracia e cuidado para todas as gentes**: narrativas dos monitores da 4ª Conferência Nacional. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2025. 476 p. (Série Participação Social e Políticas Públicas, v. 24). Disponível em:

<https://editora.redeunida.org.br/project/gestao-do-trabalho-e-da-educacao-na-saude-e-para-produzir-participacao-social-democracia-e-cuidado-para-todas-as-gentes-narrativas-dos-monitores-da-4a-conferencia-nacional/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

SANTOS, W. P. *et al.* O lugar da fala e a fala do lugar: reverberações dos discursos da população LGBTQIAPN+ nas últimas Conferências Nacionais de Saúde. **Revista Saúde em Redes**, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/index.php/rede-unida/article/view/4500>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SANTOS, W. P.; FERLA, A. A. Registros e informações para controle do câncer anal: refletindo sobre indicadores e a atenção à saúde. **Revista Fontes Documentais**, [S. l.], v. 3, n. Ed. Especial, p. 312-319, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/57797>. Acesso em: 2 nov. 2025.

SILVA, A. B. T. **O transfeminicídio no Brasil: vidas precárias, violência e reconhecimento.** 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstreams/acc4d7e4-257e-460f-a115-9cbfd3555e1d/download>. Acesso em: 6 abr. 2026.

SILVA, I. C. B. *et al.* A violência de gênero perpetrada contra mulheres trans. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, Supl. 2, e20210173, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/RnNr3PFBcwc9YhTx9VF8bLn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2025.

SOUZA, I. M.; ARAÚJO, E. M.; SILVA FILHO, A. M. Tendência temporal da incompletude do registro da raça/cor nos sistemas de informação em saúde do Brasil, 2009-2018. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, e05092023, 2024. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2024.v29n3/e05092023/pt>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SOUZA, M. S.; SANTOS, W. P.; FERLA, A. A. A Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+ e o trabalho no cotidiano em uma UBS: a Educação em Saúde como dispositivo de mudança. In: Congresso Internacional da Rede Unida, 15, 2022, Vitória, ES. **Anais...** Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2022. v. 8, p. 2531-2533. Disponível em: <http://conferencia2018.redeunida.org.br/ocs2/index.php/15CRU/15CRU/paper/view/14498>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SPIZZIRRI, G. *et al.* Proporção de pessoas identificadas como transgênero e gênero não binário no Brasil. **Sci Rep.**, v. 11, n. 1, p. 2240, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33500432/>. Acesso em: 29 out. 2025.

Recebido em: 16/11/2025  
Aceito em: 15/05/2026